



A ESTIGMATIZAÇÃO PSÍQUICA DA MULHER NO CONTEXTO BRASILEIRO

Eixo Temático 52 - Gênero e sexualidade em foco: interseccionalidade e desafios de populações marginalizadas e estigmatizadas.

Rai Vitor Gonçalves Moreira Lima ¹
Vithoria Garcia Lima ²
Sibelly Martins Miranda ³

RESUMO

O presente trabalho se pauta em uma perspectiva investigativa à luz da estigmatização psíquica vinculada à loucura nas mulheres no campo da psicologia, observando onde se encontra a mulher na sociedade de acordo com esses processos normativos. Este trabalho tem como subsídio teórico os estudos foucaultianos e pós-estruturalistas, tendo ênfase nas teorias de Michel Foucault, Judith Butler e Wendy Brown, onde busca-se compreender através de uma revisão narrativa em contexto brasileiro dos últimos 5 anos, como se estabeleceu a reverberação dos discursos sobre dualidade entre mente e patologização psíquica da mulher, fundamentado por uma lógica normativa patriarcal conservadora.

Palavras-chave: Psicologia, Estigmas, Feminismo, Pós-estruturalismo

INTRODUÇÃO

Historicamente, a loucura atribuída às mulheres tem servido como instrumento de controle social, atravessando discursos médicos, jurídicos e, sobretudo, psicológicos. No campo da psicologia, a patologização do comportamento feminino frequentemente reforça uma lógica normativa que associa instabilidade emocional à mulher, sustentando práticas de silenciamento e exclusão da sociedade. À luz das teorias de Michel Foucault,

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, raivitorlima@gmail.com;

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, vithoriagarcia@gmail.com;

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sibellymartins@gmail.com;

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde

Judith Butler e Wendy Brown, este gênero de saúde mental crítica sobre como esses discursos se articulam e permanecem ativos no cenário brasileiro recente

A pesquisa, de abordagem qualitativa, se estrutura a partir de uma revisão narrativa de produções acadêmicas dos últimos cinco anos, com foco em como os marcadores de gênero influenciam processos de estigmatização psíquica. O objetivo é compreender de que modo os mecanismos e estruturas sociais ainda contribuem para a permanência da mulher nesse local de exclusão.

Os resultados indicam que discursos conservadores seguem presentes nas práticas psicológicas, porém se moldam a discursos mais atuais. Portanto, conclui-se que é urgente repensar como a saúde mental da mulher é vista pela sociedade, buscando romper com modelos que reforçam desigualdades e abrindo espaço para uma escuta mais ética, demonstrando como esse estigma persiste historicamente transitando nas esferas da educação, saúde, política e religião e está estritamente ligado a como o corpo feminino se relaciona com normas sociais e expectativas de gênero, evidenciando a exposição que as mulheres têm ao sofrimento psíquico devido aos fatores do machismo estrutural presentes na sociedade.

De acordo com BUTLER (2015), o corpo feminino, em particular, é o local sobre o qual se inscrevem as regulações mais intensas da norma sexual e da psiquiatria. Dessa forma, esse trabalho propõe-se a fazer reflexões sobre a desconstrução dessas concepções no âmbito da saúde mental, destacando a importância do avanço dos estudos sobre o tema para uma maior compreensão da necessidade de resistência frente aos padrões patriarcais normalizadores da sociedade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma análise qualitativa e se propõe a fazer uma revisão narrativa de cunho analítico e exploratório. Essa escolha metodológica se justifica com o objetivo de analisar e compreender os discursos e práticas que reforçam a patologização do comportamento feminino. A coleta de dados foi feita a partir de artigos, dissertações e teses publicados nos últimos cinco anos (2019-2025), disponíveis em dispositivos de pesquisa como Scielo, CAPES e Google Scholar, onde foi possível encontrar 4 pesquisas com base nos descritores “saúde mental AND estigmatização” e “comportamento feminino AND patologização”.

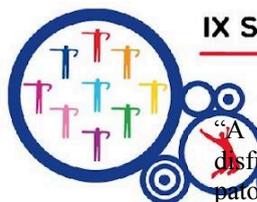
Por se tratar de uma pesquisa essencialmente teórica, não houve envolvimento direto de sujeitos humanos, o que dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Da mesma forma, não foram utilizadas imagens ou outros materiais que exigissem autorização específica para uso.

REFERENCIAL TEÓRICO

A estigmatização psíquica da mulher é um fenômeno histórico e socialmente construído que tem servido, ao longo dos séculos, como um dispositivo de poder e mecanismo de controle na regulação dos corpos femininos. Dessa forma, Michel Foucault (1978) articula como o conceito de loucura foi sendo construído ao longo do tempo como uma categoria moral, mais do que propriamente médica em meio aos seus estudos. A partir disso, encontram-se argumentos históricos que pontuam como o comportamento feminino distanciado dos padrões normativos se vincula frequentemente aos estudos associados à histeria pois: “na medida em que expunha o corpo ao descontrole, foi uma das primeiras figuras da loucura a serem patologizadas e isoladas pela medicina moral.” (Foucault, 1978, p. 305), demonstrando ser uma condição que refletia não apenas em uma questão médica, mas também uma sanção social contra comportamentos considerados desviantes dos processos de normalização.

Para o filósofo Foucault (1987), a psiquiatria e outras ciências humanas funcionam como tecnologias de poder, legitimando normas e disciplinando corpos, e nesse caso, patologizando a identidade da mulher que não se subjetiva nos padrões de feminilidade domesticada, no objetivo de instrumentalização para reforçar a ordem patriarcal já estabelecida pois: “A psiquiatria se constitui como saber não para conhecer a loucura, mas para melhor exercer sobre ela um poder de domesticação.” (FOUCAULT, 1978, p. 493)

Para Butler (2003), o gênero é uma construção performativa, ou seja, uma repetição de atos regulados por normas sociais. A patologização psíquica da mulher pode ser compreendida, portanto, como uma resposta normatizante a performances de gênero que desafiam a matriz heteronormativa, assim: “A patologização de certas formas de vida é uma forma de violência epistêmica que nega o direito de existir fora dos parâmetros da norma cultural.” (BUTLER, 2004, p. 77). De forma que tais percepções vão capturando todas as esferas dos dispositivos de controle, em especial, a área médica.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

“A psiquiatria, gênero, saúde e sustentabilidade e identidade e desejo como disfuncionais ou patológicas, reafirma o poder da norma. (...) Essa forma de patologização se apresenta como neutra, científica, mas é profundamente investida em manter uma matriz de inteligibilidade cultural que exclui o que não pode ser facilmente nomeado ou reconhecido.” (BUTLER, 2004, p. 89)

Portanto, através da citação de Butler, é possível observar que em meio ao controle patriarcal da sociedade, uma mulher que se recusa a adotar papéis tradicionais de gênero, tais quais a submissão, a passividade e maternidade compulsória, acaba por se tornar uma "ameaça à inteligibilidade" do sistema de gênero cultural. Nesse contexto, o discurso psiquiátrico pode ser acionado para deslegitimar essa identidade, enquadrando-a como disfuncional ou doentia.

Entretanto, a estigmatização psíquica pode ser internalizada como um marcador fixo da subjetividade feminina, tornando-se um obstáculo à agência e à resistência. Wendy Brown (1995) destaca veementemente que se olhe para o trauma como ponto de partida para a reimaginação política, e não como destino subjetivo ou identidade permanente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A loucura atribuída às mulheres nunca foi apenas uma questão de saúde mental. Por trás desse rótulo, há uma longa história de silenciamento, dominação e controle. Ao longo dos séculos, comportamentos femininos que fugiam da norma — como expressar raiva, dizer “não”, escolher outro caminho ou simplesmente desejar liberdade — foram vistos como sinais de desvio, de doença, de perigo. Como explica França (2024), “a loucura é utilizada enquanto controle social e instrumento de dominação, atribuída de forma mais contundente à mulher, de forma a atuar em sua subjetividade” (p. 107). Ou seja, muito do que se chamou de “loucura” foi, na verdade, um modo de calar mulheres que ousavam sair do lugar que lhes foi imposto. Essa marca ainda pesa. Ser mulher, especialmente quando se tenta romper com expectativas sociais, muitas vezes significa conviver com o risco de não ser levada a sério, de ser vista como exagerada, instável ou irracional.

França (2024) fala de um “duplo silenciamento”: além de tentar forçar as mulheres a se comportarem dentro do que é considerado “normal”, o discurso da loucura também funciona para apagá-las socialmente (p. 107). O resultado é uma tentativa constante de anular sua voz, seu desejo, sua presença. Essa lógica aparece também na forma como a medicina e a psiquiatria trataram o corpo feminino, muitas

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

vezes demonizando o comportamento da mulher e sujeitos passíveis de punições severas como mostra o texto abaixo:

“Com a compreensão da loucura enquanto desrazão, alienação, esta continuou sendo atribuída às mulheres, sendo institucionalizadas, excluídas e silenciadas. Na época medieval, a mulher era temida e colocada sob um viés demoníaco, assim como a loucura. Na idade clássica, a mulher que fugia da normalidade era considerada alienada, sem a razão requerida para a época.”
(França, 2024, p. 05)

Nesse sentido, vale ressaltar os aspectos sociais que atravessam a mulher enquanto pessoa, tornando algumas mulheres muito mais suscetíveis a esse tipo de exclusão social do que outras. Portanto, fatores como sexualidade, cor da pele e classe social podem servir de justificativa e aumentar significativamente a constatação de insanidade mental nas mulheres que se enquadram nesses modelos. Dessa forma, se torna claro que para ser uma mulher plenamente saudável, segundo a sociedade, é necessário cumprir uma série de obrigações e padrões que a façam ser suficientemente aceitável aos padrões normativos em vigência. Qualquer desvio desse ideal, seja por comportamentos que desafiem a passividade esperada, por modos de expressão considerados "excessivos", por dificuldades de socialização ou por características atreladas a condições psicológicas, tende a ser interpretado não como uma manifestação legítima da subjetividade da mulher, mas como sintoma de anormalidade ou disfunção.

Essa lógica sustenta um processo contínuo de estigmatização e patologização do comportamento feminino, no qual a diferença é medicalizada e silenciada, especialmente quando encarnada por mulheres que já ocupam posições sociais marginalizadas. Assim, a saúde mental e comportamental da mulher deixa de ser uma questão individual e passa a ser uma construção profundamente atravessada por expectativas sociais normativas, que operam como instrumentos de controle e exclusão, como elucidado o texto abaixo:

“Esses modelos representam justamente essa reflexividade entre sujeitos e fenômenos que se dão por meio de ações comunicativas – enquanto atividades de construção de um ambiente compartilhado – que definem sua própria configuração na sociedade. Porém, de quais fenômenos exatamente estamos falando? Essas interações são atravessadas por estruturas de raça, classe, sexualidade, gênero e entre outras formas de poder. São interseccionalidades que permeiam e são permeadas por assimetrias, expectativas, hierarquias, lugares sociais e entre outros fenômenos que, enquanto ações comunicativas, são capazes de configurar e reconfigurar sentidos às relações entre os sujeitos.” (Franklin, 2022, P. 75)



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Estabilidade

Assim, o que muitas vezes acontece com essas mulheres é, na verdade, a forma como elas lidam com expectativas que não fazem sentido ou que não se encaixam com quem elas são. Essa visão distorcida acaba as marginalizando e silenciando. Para mudar isso, precisamos de espaços onde essas mulheres possam ser ouvidas e respeitadas em sua diversidade, sem o medo de serem rotuladas ou invisibilizadas. Criar ambientes de acolhimento, tanto na saúde quanto na educação, onde as diferenças sejam vistas como parte da humanidade, é o primeiro passo. Profissionais que compreendam o contexto e o que está por trás de cada experiência também são essenciais para que possamos realmente apoiar essas mulheres de maneira digna e transformadora.

Diante dos dados analisados na revisão narrativa, evidencia-se que a estigmatização psíquica da mulher no contexto brasileiro opera como uma tecnologia de poder que atua para manter as normas de gênero. Essa lógica, articulada por discursos médico-psicológicos, perpetua um ciclo de silenciamento institucionalizado, sobretudo contra mulheres que não se ajustam aos padrões esperados de passividade, maternidade e heterossexualidade compulsória.

Verifica-se, ainda, que a patologização do comportamento feminino tende a ser intensificada em contextos interseccionais de vulnerabilidade, como os que envolvem mulheres negras, periféricas, LGBTQIA+ ou com deficiências psicossociais, revelando uma hierarquia de legitimidade dentro do próprio processo de sofrimento. A noção de “loucura” associada ao desvio do papel de gênero, como demonstrado pelos autores citados, deixa de ser um diagnóstico neutro e passa a ser uma ferramenta de coerção social.

Portanto, os resultados sugerem que práticas clínicas e políticas públicas que se pretendam verdadeiramente emancipadoras precisam considerar esses atravessamentos, promovendo escuta ativa, contextos terapêuticos despatologizantes e políticas baseadas em justiça social e interseccionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação demonstrou que a estigmatização psíquica da mulher no Brasil contemporâneo está fortemente ancorada em uma tradição histórico-discursiva que normaliza o controle sobre os corpos e subjetividades femininas, sobretudo quando estas fogem da norma hegemônica. O discurso da loucura, frequentemente acionado em



contextos de resistência feminista, gênero, saúde e sustentabilidade, de exclusão e de manutenção das estruturas patriarcais.

Com base nas abordagens de Foucault, Butler e Brown, compreende-se que os saberes psicológicos, ainda que muitas vezes com aparência técnica e científica, participam ativamente da produção de identidades marcadas pela deslegitimação, promovendo a medicalização da diferença. Isso reforça a urgência de uma revisão ética e política das práticas em saúde mental.

Destaca-se, por fim, a necessidade de novos estudos empíricos que aprofundem os impactos da estigmatização psíquica em mulheres inseridas em múltiplos contextos de opressão, bem como da construção de políticas públicas interseccionais que visem à despatologização da diferença, ao fortalecimento da escuta e à ampliação do cuidado psicossocial comprometido com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Desfazendo o gênero*. Tradução de Renata Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FRANÇA, Jaciara Boldrini. A atribuição da loucura à mulher enquanto instrumento de controle social e dominação. *Occursus – Revista de Filosofia*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 83–91, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52521/occursus.v9i1.13105>. Acesso em: 26 maio 2025.

FRANKLIN, Fernanda Franklin da Costa Ramos. Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra à luz do pensamento decolonial: trabalho, determinantes e desigualdades sociais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220068>. Acesso em: 26 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.